



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 194, DE 2011

(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 275, II, g, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“g) em que for parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos;”

Art. 2º O art. 275, II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com o acréscimo da seguinte alínea h:

“h) nos demais casos previstos em lei.”

Art. 3º O art. 282 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte inciso VIII:

“VIII – a idade das partes, no caso do art. 275, II, g.”

Art. 4º Esta Lei entre em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Coube ao Capítulo III do Título VII da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil, disciplinar o procedimento sumário.

O rito ou procedimento sumário visa alcançar a prestação jurisdicional mais célere, em causas de menor complexidade jurídica e tem como principal característica a concentração dos atos processuais.

O art. 275 do Código de Processo Civil elenca, exemplificativamente, as hipóteses de cabimento do procedimento sumário e disciplina o rito em dois grupos:

a) No inciso I, tem-se o procedimento sumário em razão do valor atribuído à causa;

b) No inciso II, o procedimento sumário será observado em razão da matéria sobre a qual versa a causa, podendo ser admitido nos casos arrolados nas alíneas do inciso em comento.

O presente projeto de lei visa acrescentar novo critério para que o jurisdicionado se utilize do rito sumário, qual seja, em razão da pessoa, por meio de inclusão, no rol do art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil, as causas nas quais seja parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.

É do conhecimento de Vossas Excelências a morosidade da Justiça brasileira, por diversos motivos que não nos cabe discutir aqui no momento. Via de regra, o idoso que bate às portas da Justiça já está fatigado pelas dificuldades da vida e por isso lhe é mais cara a morosidade judicial. Pior, caros Pares, é quando a Justiça chega tarde demais para aquele idoso que se põs a buscá-la.

A sociedade brasileira já despertou para a questão da eficiência do Poder Judiciário, especialmente no tocante à morosidade, passando a exigir que ele

acompanhe a dinâmica do mundo moderno, a fim de atender às necessidades sociais emergentes numa nova ordem democrática, considerando a sua função social e a importância da jurisdição no Estado Democrático de Direito contemporâneo. Em nome da efetividade do processo, visando possibilitar que o “bem da vida” seja entregue às mãos daqueles idosos que se socorrem do Poder Judiciário, necessário se faz alterar o art. 275 do CPC, conforme propomos.

Dessa forma, brasileiros com sessenta anos de idade ou mais passariam a se beneficiar do Procedimento Sumário, prezando, dessa forma, pela celeridade processual, sem prejudicar defesa e julgamento justo. Pelo exposto, Ilustres Parlamentares, peço apoio para aprovação deste Projeto de Lei, que fora de iniciativa do ex-Deputado Juvenil Alves.

Sala das Sessões, em 08 de fevereiro de 2011.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

<p align="center">LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>
--

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

LIVRO I
DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

.....

TÍTULO VII
DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

.....

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

I - nas causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o valor do salário mínimo; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 10.444, de 7/5/2002, publicada no DOU de 8/5/2002, em vigor 3 meses após a publicação)*

II - nas causas, qualquer que seja o valor: *(“Caput” do inciso com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

a) de arrendamento rural e de parceria agrícola; *(Alínea com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

b) de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio; *(Alínea com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico; *(Alínea com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

d) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre; *(Alínea com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução; *(Alínea com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

f) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial; *(Alínea com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

g) que versem sobre revogação de doação; *(Alínea acrescida pela Lei nº 12.122, de 15/12/2009)*

h) nos demais casos previstos em lei. *(Primitiva alínea g renomeada pela Lei nº 12.122, de 15/12/2009)*

Parágrafo único. Este procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas. *(Parágrafo único com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

Art. 276. Na petição inicial, o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará quesitos, podendo indicar assistente técnico. *(Artigo com redação dada pela Lei nº 9.245, de 26/12/1995, publicada no DOU de 27/12/1995, em vigor 60 dias após a publicação)*

TÍTULO VIII DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

CAPÍTULO I DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 282. A petição inicial indicará:

I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida;

do réu;

II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido, com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - o requerimento para a citação do réu.

Art. 283. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
